

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, MAIO/2008 - ANO XII - Nº 136

Foto Ierê Ferreira

EDITORIAL

Em meio a interminável disputa entre os governos municipal, estadual e federal, a população do Rio de Janeiro enfrenta, desde o início do ano, grave epidemia de dengue. Somente nos quatro primeiros meses de 2008, foram notificados 94mil casos da doença. A epidemia preocupa, pois está matando cinco vezes mais que a anterior, ocorrida em 2002. Filas intermináveis nas unidades de saúde, erros no diagnóstico, entre outros problemas, levaram o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro a apresentar notícia-crime aos ministérios públicos estadual e federal, visando a responsabilizar os governos municipal, estadual e federal. Independentemente das omissões e descasos, o problema da dengue é de responsabilidade de toda a sociedade.

A dengue é uma doença infecciosa aguda, cujo vírus é transmitido pela picada de um mosquito urbano parecido com um pernilongo, que tem por hábito picar durante o dia, e se desenvolve em águas paradas e limpas. A melhor maneira de se prevenir dessa doença é não deixar que o mosquito se reproduza. Para isso, cada cidadão deve se engajar no seu controle, não deixando acumular água em pratos, vasos e xaxim, esvaziando garrafas e suas tampinhas, além de todo material descartável, e tampando caixas-d'água... Pneus velhos são um dos lugares preferidos para o mosquito da dengue. Troque, diariamente, a água de bebedouros e de animais. Mantenha limpas calhas e lajes. Cuidados especiais devem ser dados às espadas-de-são-jorge, bromélias, gravatás, entre outras plantas.

Mesmo sem dengue, o Vale do Paraíba tem que estar alerta. Sua posição geográfica no eixo São Paulo e Rio de Janeiro preocupa as autoridades sanitárias. O combate ao mosquito transmissor da dengue depende de cada pessoa. Apesar de campanhas veiculadas nos meios de comunicação, é preciso que todos passem a combater o Aedes dentro de casa, já que ele é um mosquito doméstico.

Todos sabem como se pega a dengue. O combate diário e sistemático deverá ser adotado, uma vez que teremos que conviver com o mosquito. Caso contrário, assistiremos, a cada verão, a novas epidemias como a que ocorre no Rio de Janeiro.



O jongo é um patrimônio cultural do país, presente na região Sudeste. Considerado um dos pais do samba, foi uma das maiores contribuições dos negros para a cultura do Brasil e influenciou a formação da Música Popular Brasileira. Na foto, Dona Zezé Machado e Mestre Gil.

12º Encontro de Jongueiros

Piquete sediou, entre 25 e 26 de abril, o 12º Encontro de Jongueiros, que reuniu mais de novecentos jongueiros do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo em apresentações coletivas, oficinas e debates.

Foram dois dias de festas, com a presença de dezenove grupos de jongo de Valença – Quilombo São José; Barra do Piraí, Pinheiral, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Serrinha, Porciúncula, Quissamã, Campos, São Mateus, Carangola, São José dos Campos, Guaratinguetá, Campinas e Piquete.

Na sexta-feira, 25 de abril, a partir das 11 horas, começaram a chegar os primeiros grupos de jongueiros. A Praça Duque de Caxias foi se enchendo e se colorindo com a graça e animação dos visitantes. À medida que iam chegando, os integrantes dos diversos grupos iam se confraternizando e, no antigo Cine Estrela do Norte, adaptado para um refeitório, um almoço era servido.

Às 18h, com o Elefante Branco lotado, aconteceu a primeira noite de Roda de Jongo. Decorado por Luciano Brasilino, o local chamou a atenção de todos pelo bom gosto – um espaço harmonioso composto por casebres, capela e um terreiro, onde aconteceram as rodas de jongo. À meia-noite, agora na praça, aconteceu uma roda-de-samba com todos os grupos.

No sábado, dia 26, logo pela manhã, aconteceu, no Salão de Atividades Luiz Vieira Soares, a abertura de um seminário, que contou com a participação de prof.

Alberto Ikeda (UNESP), Marcos André (Associação Brasil Mestiço), Paulo Dias (Associação Cachuera), Américo Córdula (Secretaria de Identidade e Diversidade), Kazadi wa Mukuna, Paulo Carrano (UFF), e Marcelo Manzatti. Houve, também, palestras: “Mestres e Jovens – A transmissão da tradição do jongo” e “Jongo e Religião – A religiosidade nas comunidades do jongo”. À noite, no Elefante Branco, mais apresentações de jongo e, à meia noite, outra roda-de-samba. Merecem destaque as apresentações de Dona Ivone Lara e Xangô da Mangueira, duas lendas vivas do samba. Aconteceram, também, rodas de “causos” e histórias, com mestres e crianças, aulas de dança dos Inkices e Orixás, e diversas oficinas, como a de confecção de tambus. Muita música, descontração e alegria marcaram os dois dias do Encontro.

O Encontro foi um sucesso. Serviu para o intercâmbio de experiências entre as comunidades jongueiras, com o intuito de garantir a continuidade e a renovação dessas práticas culturais e o desenvolvimento de estratégias coletivas de transformação da qualidade de vida das suas populações, por meio da arte popular. O evento foi produzido pela “Associação Brasil Mestiço” o “Grupo de Jongo de Piquete”, com patrocínio da Petrobrás, e contou com a presença, nos dois dias, de aproximadamente três mil pessoas.

Na manhã do dia 27, houve confraternização dos diversos grupos, na certeza do reencontro, na próxima edição do Encontro, em Quissamã, Rio de Janeiro.

Imagem - Memória



Com a construção das vilas operárias pela Fábrica, a partir da década de 30 do século passado, houve uma radical modificação no traçado urbano de Piquete. A Rua Mestre Targino Cunha, na Vila Duque, tornou-se eixo principal do município, ligando a Praça da Bandeira ao Cine Estrela do Norte, Grêmio General Carneiro e Ginásio Duque de Caxias.

A Vila Duque de Caxias

Nas últimas décadas, as vilas operárias tornaram-se objeto de estudos em todo o país, pelo interesse expresso por sua preservação, visto seu importante papel no desenvolvimento urbano das cidades.

Muitas cidades, dentro de sua política de urbanismo, desenvolveram estudos e planejamentos com objetivo de elaborar uma proposta de recuperação arquitetônica dessas edificações. Buscam preservar e resgatar a identidade dessas vilas.

Em Piquete, o conjunto formado pelas Vilas General Carneiro e Duque de Caxias é singular no Vale do Paraíba. A cidade ganhou nova fisionomia a partir dessas construções feitas pela Fábrica de Pólvoras e Explosivos de Piquete. Antes delas, a cidade ressentia-se da falta de moradia para os operários. A escassez e precariedade de residências para essa população – até então produto exclusivo da iniciativa privada – levou a Fábrica, dentro de uma política de apoio aos trabalhadores preconizada por Getúlio Vargas, a criar uma série de serviços organizados. Esses serviços tinham como objetivo dar a esses operários e respectivas famílias tranquilidade material e social, e, conseqüentemente, assegurar-lhes segurança e conforto. Com a criação da Sessão Comercial, em 1931, a Administração da Fábrica pôde, com os lucros provenientes das suas operações, manter um serviço continuado de construções e assegurar aos seus servidores uma assistência social tida como exemplar no país. Iniciou a construção da Vila General Carneiro, visitada por Getúlio Vargas em julho de 1939, e, a seguir, a vila operária Duque de Caxias. Essa Vila foi construída em terrenos

comprados pela Fábrica, de Dona Mariana Relvas. Era uma extensa área de pastagens e brejos, que foi cortada e aterrada por Antônio Pereira. Esse empreiteiro, com uma frota de carroças puxadas por mulas, transportou toneladas de terra preparando o terreno onde se construíram a Vila Duque, o Cine Estrela do Norte, o Grêmio General Carneiro, o Parque Filisbina Rosa e a Escola Industrial Feminina. A vila Duque de Caxias tinha sua entrada delimitada com a Praça da Bandeira por um pórtico. Os primeiros conjuntos de casa já se encontravam construídos em 1940 e serviram para que ali fosse instalado, provisoriamente, o Grupo Escolar de Piquete, enquanto se concluíam as obras do Grupo Escolar Antônio João. Essa vila era formada por casas geminadas, de fachada simples, com portas e janelas voltadas para a rua. Contavam com sala, dois ou três quartos, cozinha e banheiro. Nos fundos, amplo quintal com lavanderia. As ruas eram revestidas com pedras pé-de-moleque e as calçadas, largas e arborizadas, davam-lhes um aspecto harmonioso. A função da Vila Operária era proporcionar o mínimo de bem-estar aos moradores. Viviam-se com dignidade. Dentre as primeiras famílias que ali residiram estão as de Odilon S. Costa, Hermógenes Junqueira, José Ribeiro, Antonio F. Peixoto, Durval Viana, Vitor Conti, Benevenuto Magalhães ... Nela, todos se conheciam. Nas noites de verão, enquanto as crianças brincavam, as mulheres colocavam cadeiras diante das casas, conversavam e trocavam receitas. Para os homens, o assunto era o trabalho na Fábrica e o time do coração de todos: o

Esporte Clube Estrela. Próximo ao ribeirão havia um campinho onde os meninos jogavam pelada. Nesse local, periodicamente, circos eram armados: o Circo do Carequinha mais de uma vez ali se instalou. Outro que deixou saudades foi o Circo Irmãos Temperani.

Com a inauguração do Cine Estrela, em 1944, a Rua Mestre Targino Cunha tornou-se sua principal artéria. Por ela a cidade desfilava. Antigos moradores se recordam de um carnaval no final dos anos 40, quando ali ocorreu uma memorável batalha de confetes e houve encontro de blocos carnavalescos da Vila Militar da Estrela e dos Ex-Alunos que cantavam “Daqui não saio, daqui ninguém me tira. Onde é que eu vou morar...”. Recuperar a história das vilas operárias, da qual a Vila Duque de Caxias é um belo exemplo, é preservar um capítulo significativo da história de Piquete.

O ESTAFETA
Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:
Antônio Carlos Monteiro Chaves
Jornalista Responsável:
Rosi Masiero - Mtd-20.925-86
Revisor: Francisco Máximo Ferreira Netto
Redação:
Rua Coronel Pederneiras, 204
Tels.: (12) 3156-1192 / 3156-1207
Correspondência:
Caixa Postal nº 10 - Piquete SP
Editoração: Marcos R. Rodrigues Ramos
Laurentino Gonçalves Dias Jr.
Tiragem: 1000 exemplares
A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

GENTE DA CIDADE

Brucutu

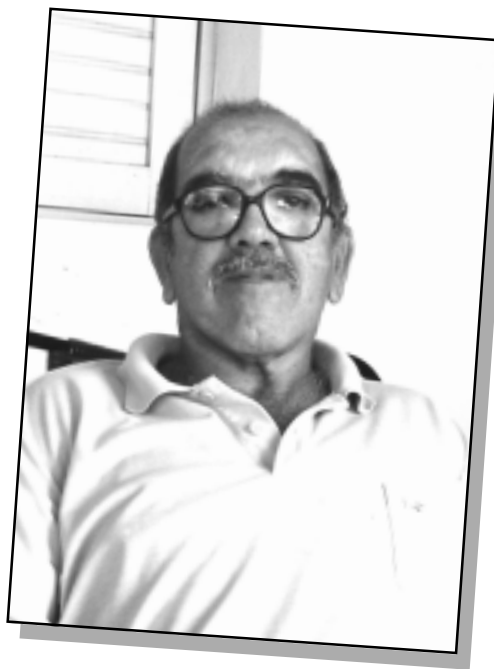
Poucos em Piquete o conhecem pelo nome. A maioria o chama pelo apelido – Brucutu –, personagem do fictício reino pré-histórico de Mu, criado pelo desenhista Vincent T. Hamlin para tiras de jornal americano, em 1933, que, apesar de truculento, era muito doce.

Hamilton Lefundes Tanajura nasceu na Rua do Piquete, em 18 de setembro de 1944. É um dos seis filhos do casal Gilberto Lefundes Tanajura e Angelina Ferreira (dona Nina). De sua infância, recorda-se dos Grupos Escolares Antônio João e da Fábrica, e seus diretores Carlos Ramos e Herminda Mendes. Do Ginásio da Fábrica, cita Augusto Ribeiro de Souza como exemplo de organização e administração.

Brucutu gosta de falar da importância da Fábrica Presidente Vargas para a cidade e das animadas festas por ela promovidas. “Toda a cidade sempre se beneficiava da Fábrica. Eu mesmo, como comerciante, sempre me beneficiei... Afinal, de onde vem o dinheiro que o pessoal gastava no meu estabelecimento? Da Fábrica, não é?” Fala, ainda da educação e lazer oferecidos, além da assistência à saúde.

Recorda-se de que, desde os dez anos, ajudava em pequenas tarefas no armazém mantido pelo pai, um baiano que veio para Piquete na Revolução de 1932 e aqui se casou. A mercearia ficava na Rua Comendador Custódio, em frente à Sociedade e era um reduto político da cidade. Numa das reuniões ali acontecidas, Brucutu conta que conheceu o governador Adhemar de Barros. “Meu pai sempre foi muito politizado, chegando a se eleger vereador em Piquete. Por influência dele, também gosto de política. Fui filiado a diversos partidos como ARENA, PDS, PFL...”

Em 1958, a família mudou-se para Caraguatatuba e por lá ficou durante cinco anos. Foi em Caraguá, na escola, que Hamilton recebeu o apelido de



“Brucutu”. Em 10 de agosto de 1963 retornou para Piquete, indo trabalhar na padaria Santo Antônio, na Praça da Bandeira, onde permaneceu por quatro anos. Em julho de 1967, abriu seu próprio negócio: um bar na Rua do Piquete, 21, que foi chamado “Bar do Brucutu”. Nesse local ficou por 10 anos, até que se transferiu para a Rua Antônio Lino, 77, onde permaneceu até 2007, quando se aposentou.

Descrivendo-se como “muito tímido”, diz que o ambiente alegre e descontraído do bar o ajudou a fazer muitas e fortes amizades, tornando-se conhecido por todos da cidade. “Os assuntos do bar são os mais variados, mas, no dia-a-dia predominam o futebol e a política. Em épocas de decisão de campeonato e eleições, o clima esquentava...”

Preocupado com o progresso e o desenvolvimento da cidade, participou de diversas entidades, entre elas a SAP (Sociedade Amigos de Piquete), da qual foi

presidente por várias vezes. Foi também diretor do Montanhês Clube de Piquete. Apaixonado pelo futebol, é um dos fundadores do BLRC (Boca de Litro Ressaca Clube), que, ainda em atividade, promove partidas quase todos os finais de semana: “o terceiro tempo é sempre no bar...”

Casado desde 8 de dezembro de 1973 com Luci Aparecida Passos Tanajura, tem dois filhos, Luciana e Luiz Cláudio, e três netos.

“Panis et Circe”

Por ocasião do Dia do Trabalho, foram várias as reportagens divulgadas na mídia. Uma a que assisti foi a do Jornal Nacional, da Rede Globo. Na matéria, foram mostradas as comemorações pelo 1º de Maio em vários países do mundo, inclusive, é claro, no Brasil.

Causou-me espanto a diferença entre os motes das várias festas apresentadas. Em todos os países mostrados – incluindo-se aí nações ricas como EUA, Alemanha, França – os governantes enfrentaram protestos, alguns deles violentos. A motivação dos confrontos também era comum: melhores salários, redução da carga horária semanal, de horas extras e da incidência de impostos.

Já no Brasil... Em São Paulo, “o estado mais rico”, também houve aglomeração de trabalhadores em vários pontos da cidade... Protestos? Nenhum. Apenas festas, shows com artistas famosos, distribuição de cinco apartamentos, carros e outros prêmios...

Se avaliássemos o contentamento dos trabalhadores brasileiros pelo Dia do Trabalho, o resultado seria uma aprovação total do sistema trabalhista.

Comparemo-nos, porém, a países como os citados no início deste texto. Salários? Carga horária semanal (na Alemanha, por exemplo, são 36h)? Horas extras? Só mesmo um alienado para avaliar positivamente qualquer um dos itens. O Brasil é um dos países mais atrasados no sistema trabalhista para a classe operária; a carga semanal de trabalho é piorada com o desumano número de horas extras que mascaram os baixos salários. Isso sem considerar a informalidade e as condições de segurança na maioria das empresas.

O que explicaria, então, as festas do 1º de Maio? A resposta é óbvia. Somos um povo passivo. Não questionamos. Somos “comprados” com prêmios e outras “esmolos” oferecidas pelos poderosíssimos e milionários Sindicatos. Não é de estranhar que essa “máfia” tenha sido liberada da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União pela Presidência da República. É certamente uma retribuição ao trabalho de “doma” realizado na massa que, efetivamente, impulsiona o país e que, rebelada, causaria sérios transtornos à imagem de qualquer governo.

Alguns argumentariam: o trabalhador brasileiro recebe cesta-básica, férias de trinta dias, transporte, seguro-saúde enquanto os europeus e norte-americanos não têm nada disso. É claro que não têm. Eles ganham o suficiente para se manter; não fazem hora extra, pois querem lazer e desejam participar do dia-a-dia da família, acompanhando o crescimento dos filhos.

Para questionarmos, é necessário que estejamos seguros de nossas posições. Para tanto, são necessárias educação de qualidade e cultura; é necessário, principalmente, que sejamos cidadãos no sentido exato da palavra. E isso vale não-somente para nossas atividades profissionais, mas, também, para nossa vida em comunidade. Participemos, cobremos, questionemos nossos professores, empregadores, administradores públicos. Não mais aceitemos migalhas para avaliar condições insalubres de trabalho, administrações mediocres. Chega de “Panis et Circe”; somente assim teremos motivos para comemorar o 1º de Maio ou qualquer outra data cívica.

Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Casamento de Hamilton Lefundes e Luci Aparecida Passos Tanajura, celebrado pelo padre Pedro Verdumem, em 8/12/1973.



O Conceito de Nação

A idéia de nação – uma comunidade imaginada

Nação, nacionalidade, nacionalismo. Todos termos cuja conotação é reconhecida, mas de difícil definição e análise.

A nação, foco de uma comunidade imaginada, constrói-se pela garantia do território, do reconhecimento das fronteiras em acordo tácitos e oficializados por documentos chancelados entre as partes, pelos projetos de integração derivados de uma lógica multiculturalista, cuja manifestação é política, e, finalmente, pela construção simbólica de língua oficial, bandeira, hino, selo, além dos mitos fundadores. Estes, contidos nos ideários alimentadores das utopias.

Nem sempre é simples satisfazer todos esses parâmetros, em nome dos quais guerras são combatidas, sangue derramado e intervenções espúrias são levadas a efeito. Conflitos e rupturas permeiam esses caminhos dando margens aos alinhamentos nos quais a própria “idéia de nação” subdivide externa e internamente as sociedades.

Como viabilizar o conceito de nação?

Configurada pelas doutrinas que a regem, “a idéia de nação” corporifica-se para, nas construções semânticas, definir, por análises sintáticas, qual o melhor arranjo nas orações contidas no discurso.

Por isso, no debate sobre as terras indígenas de Roraima, por exemplo, está contraposta a idéia de delimitação fragmentária e contínua das reservas. Sob essa idéia de integração na construção da nação única, índios e não índios habitantes de uma região são considerados como coabitantes. Entretanto, uma segunda interpretação acabou por se impor tornando as nações indígenas entendidas como tais, isto é, colocadas sob o conceito de autônomas, daí derivando a linha de rupturas e conflitos a dividir índios de não índios. Ou, definindo as chamadas reservas como território dos indígenas, cuja dramaticidade se exacerba, de um lado, pelas questões ligadas às linhas de fronteiras internacionais, e de outro, pelos interesses de ocupação agrária dos não-índios nas faixas expansivas da chamada “fronteira agrícola”. Não sem contar com o ônus do desmatamento cada vez mais negado, mas cada vez mais evidente. Dessa forma, a conquista do espaço para fins empreendedores acompanhada do esgotamento dos recursos naturais se faz mais ativa. Assim, dois arcos que se opõem, mas que se complementam, agem no sentido de representar as idéias de

integração e de divisão definidas pelo conceito de reserva.

Conceito esse que traz embutidas as propostas defendidas por Rondon personificado no espírito de um tempo moldado pelo projeto de consolidação da unidade nacional. Afinal, Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), um dos pioneiros do Serviço de Proteção ao Índio, do qual foi gerada a FUNAI – Fundação Nacional do Índio –, tinha como lema “Morrer se preciso for, matar nunca”. Um positivista da primeira metade do século XX.

As idéias e ações de Rondon, preocupado com as comunicações e a integração nacional, ligavam-se aos eventos da Guerra do Paraguai e da incorporação do Acre, na delimitação final das fronteiras amazônicas e na elaboração de planos ferroviários. Pois, mais do que discutir uma velha questão ligada à “aculturação”, o interesse exposto por Rondon prende-se mais à integração da nação única de índios, para continuar sendo de índios. Até porque, antropológicamente considerando, mesmo que os índios, legítimos portadores de uma carteira de identidade própria de sua condição, desenvolvam uma escolaridade que abranja cursos de graduação, pós-graduação e titularidade acadêmica, e desempenhando atividades profissionais no uso da parafernália eletrônica, continuam sendo índios. Assim, frente aos interesses da globalização, os índios se incorporam à chamada “sociedade mundial”, sem deixarem de pertencer à de “sua nacionalidade” considerada “étnica”. Ainda que essas expressões estejam carregadas de estereótipos.

Por isso, é importante discutir o impasse criado sobre a reserva **Raposa Serra do Sol**, de que já tratei neste nosso Informativo, meses atrás, ou seja, o que é refletido pelo legado de Rondon contraposto ao conceito do uso da terra ocupada pelos arrozeiros, além dos colonos que os acompanham, sendo em área reconhecida oficialmente como reserva que deve respeitar os agrupamentos indígenas. O impasse é carregado, de um lado, pelos interesses econômicos; e de outro, pelos pronunciamentos oficiais que, recentemente, através da Procuradoria Geral da República (PGR), divulgou parecer favorável à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em áreas contínuas.

Voltaremos ao assunto.

Dóli de Castro Ferreira

Notas da Cidade

✓ Aconteceu, nos dias 17 e 18 de maio, o 1º Ciclo de Palestras sobre Comportamento e Atividades em Montanha. O evento foi realizado no Acampamento Base Marins, no bairro dos Marins, em Piquete, já na divisa com Marmelópolis. Contou com palestras de Orlando Mohallen, empresário do setor de turismo e montanhista, Márcio Bortuloso, documentarista e diretor da Photoverde Produções; Mônica Lais Storolli, advogada da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e Rodrigo Nunes, piquetense, autor do livro “Operação Marins”. Da programação constou, também, uma caminhada ao Pico dos Marins, com operação de limpeza da trilha por monitores ambientais.

✓ A população piquetense compareceu em peso à procissão de “Corpus Christi”, ocorrida no dia 22 de maio. Mantendo a tradição, as ruas por onde passou o Santíssimo foram caprichosamente decoradas e altares foram erguidos ao longo do percurso.

Tropeiros piquetenses em Sorocaba

A ASTROCAP (Associação de Tropeiros e Carreiros de Piquete) estará presente, a convite da Prefeitura de Sorocaba/SP, na Semana do Tropeiro de Muare daquela cidade, que será realizada de 26/05 a 02/06 de 2008.

Os tropeiros piquetenses Ademir Laureano de Souza, José Roberto (Zé Pretinho), Márcio José da Silva e Adriano Machado participarão do evento com vinte e dois animais e montarão um rancho tropeiro com todos seus apetrechos no Museu Tobias de Aguiar. Ao longo da Semana, Ademir Laureano ministrará palestra para alunos de escolas do município sobre Tropeirismo.

A cidade de Sorocaba tornou-se famosa devido a uma feira de muare que acontecia entre os meses de abril e maio, desde o século 18. Durante essa feira, para lá afluíam, além dos compradores, famílias ricas da capital, de cidades vizinhas e até mesmo do Vale do Paraíba. Ciente da importância dessa feira e de seu passado histórico, Sorocaba preserva essa tradição como cimento de sua identidade. Acredita que uma cidade sem passado não tem futuro.



“Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros...”

Darcy Ribeiro

O centenário da migração japonesa no Brasil

Comemora-se no próximo dia 18 de junho o centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Esta data registra a chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos trazendo 165 famílias (781 viajantes) que vinham trabalhar nos cafezais do oeste paulista. Antes, porém, da chegada dessa primeira leva de imigrantes, ainda no século XIX, durante o império, já havia intenção do Brasil de os receber. Mas somente no início do século XX, em 1906, é que chegou um pequeno grupo disposto a estabelecer uma colônia por aqui. Liderados por Saburo Kumabe, estabeleceram-se no interior do Rio de Janeiro, nos atuais municípios de Conceição de Macabu e Macaé. A colônia, situada na fazenda Santo Antônio, durou cinco anos, fracassando por razões diversas, como falta de investimentos, epidemias e saúvas. Outro problema enfrentado pela comunidade nipônica fluminense é que esta era um grupo heterogêneo – juiz, professores, funcionários públicos – não havendo entre eles agricultores ou pessoas com tradição de cultivar a terra. Assim, a chegada do Kasato Maru, em 1908, é considerada pela historiografia oficial como o início da imigração japonesa no Brasil. A partir de então, nas próximas décadas, houve um crescimento do número de famílias que para cá migraram. Com o começo da 1ª Guerra Mundial (1914), houve uma aceleração dessa imigração, que cresceu entre 1917 e 1940, quando vieram para o Brasil aproximadamente 164 mil japoneses, 75% para São Paulo, estado que concentrava a maior parte dos cafezais. Esse fluxo migratório aconteceu com incentivo do governo japonês, por motivos como a superpopulação dos campos e cidades marcados pela pobreza e desemprego. Com o tempo, os imigrantes já não vinham mais trabalhar nos cafezais paulistas; passaram a desenvolver o cultivo do morango, do chá e do arroz.

Para os primeiros imigrantes, foram

grandes as dificuldades de adaptação. A maioria pretendia enriquecer-se no Brasil e retornar para o Japão, no máximo, em três anos. Todavia, o enriquecimento rápido



Reprodução

não aconteceu. Submetidos a extenuantes horas de trabalho, recebiam um salário baixíssimo. Ademais, tudo o que consumiam deveria ser comprado das mãos do fazendeiro. A adaptação era difícil. A barreira do idioma, os hábitos alimentares, o vestuário, o modo de vida e as diferenças climáticas acarretaram extremo choque cultural.

Em um sistema de parceria com o fazendeiro, muitos japoneses conseguiram comprar seus primeiros pedaços de terra. Tal ascensão social no Brasil resultou, para a maioria dos imigrantes, na permanência definitiva no Brasil. Essa comunidade, no entanto, vivia isolada. Quase não se falava português. As crianças eram educadas em escolas japonesas fundadas pela comunidade. A predominância desses imigrantes no meio rural facilitou o isolamento. Em casa falava-se apenas japonês. Ainda hoje, muitos brasileiros de origem japonesa possuem dificuldade em falar português. Só a partir da terceira geração é que os descendentes de japoneses passaram a se abrir à sociedade brasileira. Os avós imigrantes trabalharam duro no campo para que seus filhos e netos aqui tivessem futuro.

A partir da década de 60, ocorreu um

grande êxodo rural dentro da comunidade nipo-brasileira. Os japoneses vieram para a cidade concluir os estudos. São Paulo tornou-se, assim, a cidade com maior número de japoneses, fora do Japão. No ambiente urbano, os japoneses começaram a trabalhar em setores ainda com raízes campestres: pequenos armazéns foram abertos, em que se vendiam produtos agrícolas como frutas e legumes ou peixes. Os mais jovens dedicavam-se aos estudos. Formaram-se, em larga escala, nas áreas biológicas e de ciências exatas. Hoje, os bisnetos de japoneses, em sua maioria adolescentes e jovens, são os mais integrados ao Brasil. Houve uma miscigenação. Os traços mestiços predominam entre essa nova

geração. O município brasileiro com maior número de japoneses e de seus descendentes é São Paulo. É rara a cidade que não tenha uma família ou descendente. Em Piquete, a primeira família japonesa a se fixar foi a de Tomae e Tadassu Nishina, que aqui chegaram há mais de 60 anos. Tiveram seis filhas e por muitos anos mantiveram um bar e restaurante na Praça da Bandeira. Em 1959, para trabalharem numa horta mantida pela Fábrica Presidente Vargas, aqui chegaram Inosuke e Namyo Usui. Tiveram sete filhos. Dona “Maria Japonesa”, por muitos anos trabalhou no Mercado Municipal, e sua filha, Ana Masako, trabalha nesse ramo. Em 1969, aqui chegou Satoru Sakashita. Mais tarde, trouxe seu irmão, Yoshikatsuo. Satoru casou-se com Ondina Ribeiro. Tiveram duas filhas. Satoru foi feirante, comerciante e tornou-se industrial do ramo de plásticos. O irmão casou-se com a japonesa Aiko e teve quatro filhos.

Nesses cem anos de Brasil, os descendentes de imigrantes japoneses, hoje aculturados, a exemplo de outros povos que para cá vieram, participam dos diferentes da sociedade brasileira concorrendo para seu engrandecimento.

Natureza e saúde

A qualidade de vida é algo que vem sendo perseguido por todos. A pressão profissional pelo cumprimento de objetivos e metas vem causando o aumento de doenças como o stress e a depressão. Para os que moram em grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, esta situação é ainda mais evidente. Em resposta a essa situação, o “mercado da saúde” já se mobilizou. São inúmeros os tratamentos



baseados nas mais diferentes técnicas, desde as orientais, passando pelos tradicionais calmantes e relaxantes, até as mais “exóticas” indicações, como banho com flores e mel...

Sem questionar a eficácia desses tratamentos, vislumbra-se, em pequenas cidades como Piquete, uma excelente opção para os que se sentem “esmagados” pelo atual alucinante ritmo de vida. Nada melhor para se relaxar do stress do que um passeio ao Bairro dos Marins, ou um pouco mais adiante, até a divisa Piquete/Marmelópolis. A paisagem da estrada é fantástica: observa-se o maciço dos Marins por um ângulo diferente do habitual. O entardecer é algo de que jamais se esquece.

A subida ao Pico dos Marins nos meses frios é a principal escolha para os amantes de caminhada e “trekking”. Atingir seus

2422m é um privilégio para poucos, mas a recompensa é indescritível.

A natureza sempre concorreu para a cura de diversos males – muitos dos mais modernos medicamentos têm substratos naturais como princípios ativos. Portanto, por que não desfrutá-la melhor? Piquete é privilegiado pela sua paisagem. Portanto, piquetenses, aproveitem. A vida profissional é importante, mas nossa saúde é essencial.



Fotos arquivo Pro-Memória

Crônicas Pitorescas

Operação de guerra

Palmyro Masiero

Por uma dessas coincidências que a gente pensa que só acontecem em novelas de televisão, passados mais de trinta anos sem se encontrarem, quatro amigos que serviram o Exército juntos no início dos anos cinqüenta toparam-se. A coisa vai mais longe ainda se dissermos que se descobriram numa fila para comprar leite, numa padaria. É demais, não?! Mas ocorreu... Juro, como o rabo do porco é duro! Agora, se falar que estavam um atrás do outro, aí, meus amigos, podem descrever... Não estavam.

O primeiro reconheceu o segundo mais à frente na fila e, na conversa que travaram, papo bastante sonoro, despertou um terceiro filante ouvinte, que considerou fazer parte daquela tropa e entrou no assunto... Checaram-se mutuamente, até que o quarto, que saía com o saco cheio (de leite...), avistou a trinca e, como olhar de “conheço essa raça não sei de onde”, terminou por se lembrar. Euforia na padaria (isso aí dá tema pra pagode...). Marcaram encontro no domingo, num bar.

Após os primeiros chopes e as falanças e andanças individuais, a chama da conversa, para se manter acesa, teria que arder em algo comum ao quarteto: o ano em que rangaram juntos na caserna. Detalhes acontecidos com outros colegas (onde andariam?), piadas sobre os superiores, as cadeias, etc. Um deles descobriu um fio mais longo:

– Vocês se recordam daquela manobra que nós fizemos no meio de um matão e na qual andamos não sei quantos quilômetros a pé, com o raio da mochila completa castigando as costas?

– Barbaridade... Se me lembro! – respondeu outro. Quando chegamos, dividiram o regimento em duas metades: uma usava fita azul, e a outra, vermelha, não foi isso? Éramos inimigos: azuis contra vermelhos... Uma guerra entre as duas metades; uma defendendo não sei o quê e outra atacando... Balas de festim... O mais gostoso era quando a gente levava um tiro e morria. Levava a coisa a sério... Tinha

morto que até roncava!!!

– Legal foi o que aconteceu comigo e o Fumaça... Lembram-se dele? – voltou o primeiro. – Havia uma ponte sobre um rio lá no meio de uma estradinha de terra e eu mais o Fumaça a ficamos guardando. Ela seria um dos alvos inimigos que a viriam dinamitar. Tínhamos trincheiras com soldados defendendo aquela ponto estratégico para não chegarem até ele...

– Eu fui um dos seus inimigos, pois estava encarregado de destruir essa ponte, falou um terceiro... Recordo que o capitão, aquele bigodudo, nos dividiu em vários grupos, para distrair a atenção das suas sentinelas, e um atacaria por onde, segundo sua estratégia, ninguém esperaria: pela estrada.

– Isso aí, cara... Vai ver que foi você que me matou! – brincou o da ponte...

– Não... Eu fui de um grupo falso...

– Sorte nossa! Mas o engraçado nessa história, acho que ninguém sabe, foi um caipira que pintou lá na ponte. Ele queria atravessá-la. Quem foi azul aí sabe que ela foi dinamitada – de mentirinha, é claro – e nós estávamos mortos. Cismamos de tirar sarro com a cara do maturo e acabamos desmoralizados. Quando ele chegou à cabeça da ponte, o Fumaça gritou:

“Alto! O senhor não pode atravessar a ponte porque ela não existe mais. Está destruída, pois foi dinamitada!”

“Comu? Ela taí intera!”, admirou-se o caipira.

“Isso é força de expressão para dizer que no caso real de uma guerra ela não existiria mais”, retrucou o Fumaça.

“Hummm...” rosnou o capiau, cofiando a barbicha. “Mais num dá pru sor deixá eu passá tamém pur força di iexpressão?”

“Não posso porque eu morri na explosão”, disse, sério, o Fumaça.

O caipira ficou olhando pra ele, pra mim, apertou o queixo com os dedos e foi subindo a ponte, enquanto falava:

“Ta bão... Si ocês são difunto, intão num podi atirá!”

E tranqüilamente atravessou a ponte.

Deslizando sobre os trilhos da linha férrea

Edival da Silva Castro

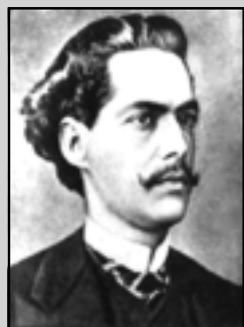
Fazia cinco anos quando me matriculei no Jardim da Infância. Os primeiros quinze dias foram de lascar. Uma choradeira desenfreada tomava conta de mim. Não era, porém, só eu; outros meninos e algumas meninas também abriam a boca... Para que a sinfonia fosse amenizada, alguém nos levava para ver os macacos, os passarinhos, as onças, as cobras, os urubus-reis... As jaulas e viveiros circundavam as salas de aula.

No Grupo Escolar da Fábrica Presidente Vargas, mais conhecido por “Grupo da Fábrica”, cursávamos o primário. Já adaptado ao meio escolar, o primeiro ano eram mais descobertas, e do segundo em diante, as coisas melhoravam, inclusive o círculo de amizade, que ia aumentando. Nossa faixa etária não passava de dez anos e éramos amigos para todos os fins: jogar bola, apanhar mangas nas mangueiras da Vila Militar da Estrela, aprender a nadar no “ribeirão de ácido”. Éramos uns dez meninos.

Muitos de nós morávamos na rua do hospitalzinho. Outros na Vila Duque e alguns nas “casas de tábuas”. Sempre estávamos juntos, mesmo fora do horário escolar. De vez em quando, reuníamos-nos no aterro (onde hoje é a rodoviária) para empinar pipas.

Nossa brincadeira mais divertida consistia em andar sobre os trilhos da linha férrea. Fazíamos apostas de quem conseguiria ir mais longe. Quando chegávamos ao pontilhão, passávamos para os dormentes: com os pés juntos, pulávamos um por vez. O trem, todos os dias, ia buscar os operários por volta das 16h30min. Como nossa aula terminava nesse horário, os trilhos então ficavam à nossa disposição. De braços abertos, equilibrando e deslizando sobre eles, imitávamos a máquina apitando, numa feliz algazarra. Às vezes, um descarrilho era normal. O campeão era aquele que, do Grupo Escolar até a Estação da Estrela chegasse em primeiro lugar e escorregasse menos.

Lembro-me de que nunca fui um bom equilibrista.



Castro Alves

Antônio Frederico de **Castro Alves** nasceu em Muritiba (BA), no dia 14 de março de 1847.

Considerado “o maior romântico brasileiro”, é, juntamente com Tobias Barreto, um dos fundadores da escola condoreira, inspirada no francês Victor Hugo. Republicano e abolicionista, Castro Alves faleceu a 06 de julho de 1871, em Salvador (BA). É o patrono da Cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras.

Acesse, leia e divulgue o informativo

“O ESTAFETA”

www.fundacaochristianorosa.cjb.net

Frei Galvão

Sua terra e sua vida

Este é o título de uma bela obra da autoria de Thereza Regina de Camargo Maia e Tom Maia, publicada e lançada pela Editora Santuário em 2007, com 128 páginas, cuja composição inclui uma biografia em português de Frei Galvão com traduções para o inglês e o espanhol, visando, portanto, a abranger a variedade dos visitantes aos lugares em que viveu nosso santo. Trata-se de uma edição revista e atualizada de obra anteriormente publicada.

Rica em informações recolhidas pelos pesquisadores, mais a iconografia referenciada em Guaratinguetá, e Aparecida, além das que envolvem o Mosteiro da Luz em São Paulo, a obra na sua boa apresentação é leitura agradável e sugestiva. Bem colocadas as imagens e devidamente qualificadas, é livro que toda família, principalmente valeparaibana, deve ter em casa, não só pela qualidade de fonte de consulta, mas também pelo devocional e artístico em sua apresentação.

O trabalho gráfico bem cuidado, além do textual, convida-nos à leitura e à contemplação das ilustrações que vêm de Debret (Jean Baptiste Debret, 1827), de Ender (Thomas Ender, 1817), até aos dias atuais nos destacados bicos-de-pena de Tom Maia, além dos trabalhos de Willian John Burchell e as contribuições de artistas plásticos como as de Anadia Quissak Figueiredo e Ernesto Quissak. Ou ainda, as aquarelas de Miguel Dutra e os “riscos” do próprio Frei Galvão, arquiteto. Representações dos lugares onde viveu e atuou Frei Galvão, como as telas de Frei Geraldo Roderfeld, OFM, do acervo do Hospital Frei Galvão, em Guaratinguetá, e a de Maria Nazareth Coelho Antunes, doada a Bento XVI em visita à cidade natal do homenageado e santificado. Imagem de um Frei Galvão jovem construtor, que foi para o Vaticano. O livro mostra ainda as imagens modeladas em gesso e esculpidas em madeira. Vejam-se, por exemplo, as moldadas por Cícero D’Ávila, encontradas no Mosteiro da Luz, em São Paulo, e na Catedral de Santo Antônio, em Guaratinguetá, e a de A. Lucchesi & Cia, no mesmo local. Outro destaque é para a escultura em madeira da autoria de Benedito E. de Carvalho. Além da imagem setecentista elaborada por madre Isabel da Visitação, sobrinha de Frei Galvão, do acervo do Museu da Luz. Além da que mostra Frei Galvão levitando, em concepção de Carmélio (1981, Minas Gerais), na Capela do mesmo mosteiro. Ainda nesse Mosteiro, os painéis em azulejos confeccionados no Porto, convidando a uma visita para a observação no local.

São muitas as referências iconográficas merecedoras de atenção, incluindo-se a bem

ingênuo e popular tela de Ismênia Camargo Faro, do acervo do Museu Frei Galvão, em Guaratinguetá, ou do alto-relevo em gesso de Arthur Pederzoli, no convento de Nossa Senhora das Graças, na mesma cidade. São tantas as páginas das reproduções, que se torna muito alongado enunciá-las. Mas todas armadas em precioso relicário a ser contemplado.



Reprodução - Mosteiro da Luz

Enfim, resalte-se que, na obra de Thereza e Tom Maia, todas estão reproduzidas, datadas e documentadas na referência dos locais onde se encontram.

A riqueza do trabalho dos pesquisadores constitui um guia refe-

rencial, portanto, de acordo com a dedicação que têm tido desde a conservação da casa familiar de Frei Galvão, ao museu, até à sala dos milagres, à capela e a orientação aos peregrinos. Afinal, eles acompanharam pessoalmente o processo de canonização do Beato Frei Antônio de Sant’Anna Galvão desde o Vaticano até à cerimônia de sua elevação aos altares por Bento XVI, em 11 de maio de 2007, em São Paulo. Portanto, comemoramos neste maio, um ano da canonização do santo brasileiro e valeparaibano.

Da vida exemplar de Frei Galvão, aos milagres, ao imaginário popular, à iconografia e representações artísticas, a obra de Thereza e Tom Maia nos oferece a oportunidade ímpar em conservar essa memória, para transmiti-la às sucessivas gerações. Esse comentário tem o propósito de recomendar essa obra como fonte de pesquisa e como relicário. Louve-se o empenho de torná-la próxima ao povo pela linguagem e pela cuidadosa edição, pois não só o Frei é referenciado, mas também uma obra literária da coletânea dos relatos dos milagres e intervenções a ele atribuídos, para ser lida e reconhecida como de valor. Destaque-se o cuidado da recorrência às fontes documentais e livros, periódicos e fotos. O livro termina com as fotos da Catedral de Santo Antônio, do seminário, do centro de peregrinação e da solene missa da canonização. É um convite à viagem aos locais do culto, ambiente de vida e paisagens valeparaibanas por onde circulou e viveu este nosso santo brasileiro. Pois como é mostrado na epígrafe – “O santo é o melhor presente de Deus ao mundo”.

Para completar, note-se nas reproduções das páginas onde se encontram – no início e no final – a representação do expressivo registro místico do Frei Antônio de Sant’Anna Galvão, em bico-de-pena de Tom Maia para o livro **Vida de Frei Galvão – o frade menor que São Paulo aprisionou**, de autoria de Frei Carmelo Surian, Editora Santuário, 1987.

Dóli de Castro Ferreira

Um pouquinho mais de paciência

Abigayl Lea da Silva

Não interessa dizer que os indígenas americanos chegaram aqui nas últimas glaciações através do estreito de Bering, em uma ou várias levadas; que alguns podem ter alcançado o continente vindos das ilhas do Pacífico; ou que Deus os tenha criado aqui mesmo, do milho da terra, como afirmam os maias.

Interessante é que esses povos que se assemelhavam aos mongóis da Ásia, se realmente eram migrantes, encontraram uma natureza regurgitante de vida. E o que é melhor: não encontraram um só branco, ariano ou não; nem um só negro, zulu, hutu ou tutsi, para expulsá-los da terra.

Foram crescendo e multiplicando-se. E, como havia muitas moradas, cada grupo escolheu uma. Uns gostaram do que a natureza lhes ofertava. Outros construíram pirâmides, canais de irrigação e se preocuparam com escritas, números e fenômenos meteorológicos.

Um dia, o cataclismo. Os que habitavam a costa leste viram grandes canoas, puxadas por borboletas, enormes, que avançavam nas águas dos mar.

Alcançaram as praias. Das canoas desceram homens hirsutos, malcheirosos e de pele escalavrada.

No começo, pareceram amigos. Depois, os indígenas perceberam que eram mensageiros da morte, que, com línguas de fogo, exterminavam mulheres, crianças, guerreiros e animais. Cortavam árvores e levavam em suas canoas.

Depois voltavam e traziam espelhos. Agora que o tempo passou, os indígenas já entendem melhor aquelas criaturas estranhas, percebem o recado que queriam dar: “Bugres atrasados, vocês não se enxergam, olhem bem suas caras nos espelhos!”

Não sabiam eles que os indígenas se enxergavam bem nas águas límpidas dos regatos e nos remansos dos rios. E viam que eram muito bonitos sem as doenças que os de fora traziam.

Os de fora avançavam. Os indígenas ficavam sem seus cocos, suas raízes, seus méis.

Quando o desespero os havia empurrado a quase todos para a casa onde o sol dorme, surgiu um homem, meio parecido com eles, que inventou uma tal de lei: as línguas de fogo não podiam mais matá-los.

Discute aqui, discute ali. Um concorda aqui, outro discorda ali. E o século XXI encontra muitos indígenas encurralados nas fronteiras, sem norte e sem oeste.

Povo brasileiro, tenha um pouquinho mais de paciência!

Os indígenas já cederam 87% de suas terras. Aguarde só mais um pouquinho. Eles estão estudando – há mais de 500 indígenas na universidade – estão aprendendo português, estão buscando uma profissão. Daqui a uns anos, todos estarão emancipados e devolverão os 13% que a cobiça da nação brasileira – que não os inclui – tanto reclama.

120 anos de busca pela libertação

No dia 13 de Maio, comemoramos uma data muito importante para o nosso país: a abolição da escravidão. Entre 1550 e 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro, cerca de 3,6 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil, e uma população imensurável de negros nasceu já escravizada em nosso solo. Esses homens e mulheres vindos de terras distantes construíram os alicerces do Brasil, remunerados apenas com precárias moradias e com o alimento que somente garantia aos seus senhores que não iriam desfalecer na realização dos duros trabalhos que lhes eram impostos. Os negros lançaram também muitos elementos nos alicerces culturais do povo brasileiro: crenças, religiões, expressões artísticas, técnicas de plantio e de produção de bens. Marcaram, profundamente, a construção da brasilidade. Embora tenham sido de muita importância na construção do país – importância essa não reconhecida –, os negros continuam sendo alvo de exclusões e preconceitos.

Os ideais de fraternidade e igualdade que a maioria dos cidadãos diz cultivar não se verificam sempre na vida social. Passados 120 anos da Lei Áurea, os negros ainda estão em busca da sua autonomia. Em 13 de maio de 1888, teve início somente o processo de busca da libertação.

Podemos nos lembrar do povo hebreu, do povo da Bíblia. Os negros e sua história podem se ver lá naquelas passagens do livro do Êxodo, que relata a libertação do domínio e da escravidão do Egito. Logo que se lê sobre o momento em que o povo hebreu foi embora do Egito, percebemos que a narrativa não pára por ali. A Bíblia conta o longo processo de luta, durante quarenta anos, pelo deserto, até que eles puderam se apossar da terra de Canaã. Deveríamos começar a contar não-somente o momento em que os negros foram soltos de suas

injustas prisões, mas a longa jornada que ainda acontece para que eles possam se estabelecer em nossa sociedade. Penso que não deveríamos usar o termo libertação no 13 de maio, pois quem prendeu não pode



Reprodução

libertar. Na verdade, não foi a libertação dos escravos, mas soltura da insana atitude de escravizar.

Tudo seria mais fácil e bonito se com a declaração da Lei Áurea os negros tivessem sido incluídos na sociedade, mas a história mostra que não foi assim. De que adianta ser solto sem ter para onde ir? De que adianta não ser mais escravo se não se tem direito a nada? De que adianta? A maioria dos negros está, ainda hoje, sofrendo em busca de seus direitos. A idéia de igualdade só existe no discurso. Na verdade, os negros ainda são considerados inferiores e precisam lutar muito mais que os de raça branca para mostrar seu valor e competência. Os dados de recente pesquisa do IBGE nos mostram claramente esta realidade.

Nós possuímos uma imensa dívida com os negros; eles estão em desvantagem pelos longos anos de escravidão que lhes custaram a exclusão. Os fatos nos mostram que somente soltar os negros não foi o suficiente. Temos que criar políticas públicas

que os insiram na sociedade que ainda hoje os marginaliza. É notório que as cotas para os negros nas universidades, tão polemizadas, estão lhes dando uma mais rápida oportunidade de se colocarem na sociedade para mostrar seu valor e competência. É verdade também que temos outros grupos minoritários que precisam de apoio, mas começar pelos negros mostra que reconhecemos a dívida que nosso país tem com eles, que tanto trabalharam a custo de nada e não tiveram oportunidade como os demais. Daqui a pouco tempo teremos mais negros no mercado, de forma qualificada; então eles já não estarão em desvantagem. Mas por enquanto é preciso abrir essas portas, pois só abrir a porta das senzalas não adiantou. Eles ficaram presos tempo demais, para dizermos inocentemente (ou não...) que eles possuem os mesmos direitos. Enquanto os brancos podiam se preocupar em estudar e dar estudo aos seus filhos, eles tinham que trabalhar no cativeiro. Há igualdade histórica?

O livro do Êxodo, palavra que significa libertação, é também chamado pela tradição judaica de livro dos Nomes, pois enquanto eram escravos, eram apenas escravos, mas quando estão se libertando, começam a ter nomes. Um povo escravo não tem nome; só um povo livre é que começa a tê-lo. E, na Bíblia, ter nome quer dizer ter identidade. Com a libertação começa-se a ter identidade, a ser povo. Assim, os negros começaram a ter nomes e identidade com a libertação que está ainda em construção. Embora a busca deles por terra, pão e trabalho já dure três vezes mais que a do povo da Bíblia. Eles possuem nomes: são Maria, José, Benedito, Joana, e tantos outros, em busca da identidade e dignidade que um dia lhes foram tiradas ao serem escravizados.

Pe. Fabrício Beckmann

Instantâneos do 12º Encontro Nacional de Jongueiros



Foto Alzira Beckmann



Foto Ierê Ferreira



Foto Ierê Ferreira

Em sentido horário: Jongueiras de Piquete; Participantes da mesa redonda sobre jongo: Sérgio Santos (Defensor Público), Antônio Carlos M. Chaves (FCR), Marcos André (Associação Brasil Mestiço), Américo Córdula (Secretaria de Identidade e Diversidade), Kazadi wa Mucuna, Gilberto Augusto, ? (IPHAN) e Marcelo Manzatti; Percussão jongoeira; Roda de jongo no Elefante Branco; Grupo de Jongo de Piquete; Jongueiro do Quilombo São José, de Valença/RJ.



Foto Ierê Ferreira



Foto Ierê Ferreira



Foto Ierê Ferreira